

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANA LUISA FERREIRA PEREIRA

**A RELAÇÃO CAFÉ E INDÚSTRIA: DE MEADOS DO  
SÉCULO XIX ATÉ A CRISE DE 1929**

CAMPINAS - SP

2023

ANA LUISA FERREIRA PEREIRA

A RELAÇÃO CAFÉ E INDÚSTRIA: DE MEADOS DO SÉCULO  
XIX ATÉ A CRISE DE 1929

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Eduardo Iaderozza

PUC-CAMPINAS

2023

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a conclusão deste projeto. Este mostrou-se como um desafio significativo, o qual não teria sido possível sem o apoio e incentivo das pessoas que me acompanharam nessa jornada.

Primeiramente, ao meu orientador Fabio, pela orientação acadêmica, apoio e confiança. Agradeço aos professores que estiveram comigo ao longo do curso e que, com empenho, se dedicam à arte de ensinar.

Agradeço, também, à minha família e, em especial, aos meus pais Vanessa e Cláudio pela oportunidade, pelo apoio inabalável, amor e encorajamento durante todos os altos e baixos deste percurso acadêmico. À minha irmã, Vitoria, por todo apoio acadêmico e companheirismo.

À Instituição, agradeço por fornecer os recursos e o ambiente necessários para a realização deste trabalho. Agradeço também aos professores e funcionários que contribuíram indiretamente para o meu crescimento acadêmico.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

## **RESUMO**

Este trabalho visou analisar a trajetória econômica da economia cafeeira, a fim de demonstrar o impacto do mercado cafeeiro para o início e o desenvolvimento da indústria no Brasil. Para isso, partimos, primeiramente, dos antecedentes históricos e do contexto do século XIX para entender as condições que permitiram o surgimento e a ampliação da economia cafeeira. Em um segundo momento, buscou-se analisar os elementos que constituíram essa atividade econômica agrário-exportadora e que abriram margem para que novas formas de trabalho e capital se desenvolvessem em território brasileiro, especialmente em São Paulo, na região Sudeste. Vale ressaltar que ambas as análises partiram principalmente das considerações de Celso Furtado e Wilson Cano. Por fim, a partir sobretudo do início do século XX, com as crises - sejam locais, sejam globais, como a Primeira Guerra Mundial -, objetivou-se compreender as condições que permitiram, a partir da cafeicultura, o advento da industrialização brasileira.

**Palavras-chave:** indústria; economia cafeeira; Celso Furtado; Wilson Cano; mão de obra; crise da cafeicultura.

## **ABSTRACT**

This work had the aim to analyze the economic trajectory of the coffee economy, in order to demonstrate the impact of the coffee market on both, the beginning and also the development of industrialization in Brazil. Thus, we started from the historical background and the context of the 19th century to understand the conditions that allowed the emergence and expansion of the coffee economy. In a second step, we analyzed some elements that made up this exporting agrobusiness activity and that opened up space for new ways of labor and capital to develop in Brazilian territory, especially in São Paulo, in the Southeast region. It is worth mentioning that both analyses came mainly from the considerations of Celso Furtado and Wilson Cano. Finally, especially from the beginning of the 20th century, with crisis - whether local or global, such as the First World War -, the aim of this work was to understand the conditions that allowed the advent of Brazilian industrialization to emerge from coffee-growing.

**Keywords:** industry; coffee economy; Celso Furtado; Wilson Cano; labor; coffee crisis.

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1: A gestação da economia cafeeira.....	9
1.1. Quadro Histórico.....	10
1.2. Linhas de análise sobre o desenvolvimento da economia cafeeira no século XIX.....	14
1.2.1. Celso Furtado.....	14
1.2.2. Wilson Cano.....	17
1.2.2.1. O complexo cafeeiro escravista do Vale do Paraíba.....	18
1.2.2.2. O complexo cafeeiro escravista do Oeste Paulista.....	20
Capítulo 2: A produção cafeeira: expansão e crise.....	24
2.1. Linhas de análise.....	25
2.1.1. Celso Furtado.....	25
2.1.2. Wilson Cano.....	30
2.1.2.1. O complexo cafeeiro capitalista em São Paulo.....	30
Capítulo 3: O café e a indústria no Brasil.....	36
3.1. Considerações sobre a relação entre café e indústria.....	37
3.2. A indústria brasileira.....	41
Conclusão.....	44
Referências Bibliográficas.....	46

## INTRODUÇÃO

No início do século XIX, as principais atividades econômicas pós independência (1822) estavam em franca decadência e passando por dificuldades quanto à sua lucratividade. O açúcar adquirira problemas de rentabilidade devido a uma queda brusca nos preços internacionais, gerada pela entrada de novos produtores, de modo que se tem um aumento constante da oferta. Já o ouro, por ser um recurso natural, estava próximo ao esgotamento, o que fez com que todas as outras atividades que haviam se desenvolvido sob sua influência também entrassem em declínio. Para além desses recursos, o algodão estava perdendo mercado para os produtores dos EUA, o que o tornava pouco expressivo dentro do cenário nacional e internacional. Com isso, tem-se uma queda brusca nas exportações e uma desvalorização cambial, de modo que a única saída encontrada, uma vez que a economia dependia das exportações e precisava de um novo produto que fizesse o país voltar com força para o comércio exterior, foi a produção cafeeira. Tal atividade foi estimulada internamente a partir da quebra de safra de uma importante região produtora, o Haiti, levando a uma alta dos preços.

É a partir desse cenário que se inicia o ciclo cafeeiro no Brasil, o qual, em um primeiro momento, não apresentava nenhuma dificuldade em relação aos fatores de produção, como terra e mão de obra. Inicialmente, a mão de obra utilizada pela produção cafeeira era a escrava, mas em 1850 com a proibição do tráfico de escravo e, posteriormente, a abolição da escravidão (1888), houve uma limitação na oferta do produto, provocando um aumento nos custos de produção. Nesse sentido, a saída encontrada foi a importação de mão de obra de regiões que passavam por dificuldades econômicas, permitindo a formação de um mercado interno devido ao fluxo de renda que foi gerado.

Assim, com a formação de um mercado e de um fluxo de renda internos, houve um estímulo econômico que permitiu o surgimento de outras atividades no cenário nacional, por exemplo as indústrias. Já no final do século XIX ocorre o desenvolvimento industrial no Brasil, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. De modo geral, eram fábricas, em sua maioria, de tecidos, calçados e outros produtos de fabricação mais simples. A mão de obra empregada era majoritariamente composta por imigrantes italianos, graças à onda de imigração que atravessou o final do século. Desse modo, começa a se formar um Complexo Econômico, chamado Complexo Exportador Cafeeiro, cujo núcleo era o café, responsável tanto pela geração de renda e demanda quanto pelo estímulo inicial que propiciou o surgimento de ferrovias, bancos e outras indústrias.

Embora, como veremos, até o último quarto do século XIX os estabelecimentos industriais existentes no Brasil tenham sido pouco numerosos e o seu conjunto inexpressivo, eles foram resultado direto da acumulação cafeeira, a qual possibilitou uma grande lucratividade aos cafeicultores, sobretudo paulistas, abrindo margem para que o capital gerado fosse reinvestido em outras atividades. É válido ressaltar, também, que a indústria desenvolveu-se muito desigualmente nas diferentes regiões do Brasil, visto que desde o começo ela tendeu a concentrar-se na região do café, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto outras regiões, como o Norte e Nordeste, careceram de uma industrialização mais significativa, ao menos até onde vai o recorte proposto por este trabalho.

Partindo dessas considerações, então, dividiremos este trabalho em três momentos principais: no primeiro capítulo, trataremos o percurso de gestação da economia cafeeira, com base principalmente nos estudos de Celso Furtado e Wilson Cano; no segundo, ainda seguindo os mesmos autores, aprofundaremos nossa análise pensando tanto no apogeu dessa atividade quanto no início das suas primeiras fissuras, bem como a passagem de uma economia essencialmente agrário-exportadora, cujo centro dinâmico estava no mercado externo, para uma economia que começava a se diversificar e trazer, consigo, elementos de uma incipiente industrialização. Por fim, no terceiro e último capítulo, partiremos da crise da cafeicultura e chegaremos até 1933, momento posterior à Queda da Bolsa de Nova York e à ascensão de Getúlio Vargas ao poder. É a partir desse recorte que exploramos a passagem da indústria como a principal atividade econômica brasileira e a que mais gerava renda e emprego em um cenário de recente expansão.



## **CAPÍTULO 1: A GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA**

### Apresentação

Este capítulo objetiva apresentar o período de gestação da economia cafeeira, ou seja, a entrada do café no Brasil, em meados do século XVIII, até o período de sua relativa estabilidade no país. De modo geral, este recorte temático vai até mais ou menos o final do século XIX, por volta de 1870, momento em que houve uma mudança significativa na questão da mão-de-obra, em que começaram a se estruturar novas configurações políticas, sociais e econômicas no país e quando o café de fato se estabiliza como principal mercadoria a compor a economia do Brasil.

Para entendermos a relação entre a economia cafeeira e a indústria brasileira, é importante voltarmos à História para compreendermos principalmente o papel que o café começa a ocupar em um país agrário-exportador que havia recentemente conquistado sua independência e vivia um período de relativa crise de suas principais mercadorias de exportação. Sobretudo neste primeiro capítulo, veremos o destaque que este produto irá ganhar e o quanto irá afetar as dinâmicas econômicas do Brasil.

Para a discussão, primeiro apresentaremos um panorama histórico mais geral, levantando aspectos relacionados tanto à política quanto à economia da época. Em seguida, dividiremos a análise em dois autores importantes para a temática cafeeira, a saber: Celso Furtado e Wilson Cano.

### 1.1. Quadro Histórico

Sabe-se que desde a vinda dos portugueses, o Brasil transformou-se em um território essencialmente agrário, com uma economia rural voltada para o mercado externo, ou seja, foi basicamente um país agrário-exportador. Se durante boa parte do período colonial o Brasil teve sua produção concentrada nas fazendas de cana-de-açúcar no atual Nordeste, ao fim da Colônia já havia uma maior diversificação da produção, com novas elites econômicas se constituindo em distintas regiões do território e diferentes produtos sendo comercializados, como é o caso, por exemplo, da extração aurífera e do plantio do algodão (FURTADO, 2007).

Com a paulatina decadência dessas atividades e das demais ligadas a elas<sup>1</sup>, além do esgotamento da atividade mineradora, o café surge como uma alternativa produtiva e rentável para a economia brasileira. Para além de instabilidades internas, marcadas pelo processo de Independência e pela ascensão de novos grupos sociais ao longo do XIX, fatores externos também foram essenciais para essa mudança econômica: por um lado, a Inglaterra já anunciava aquilo que se colocaria como uma tensão ao longo de todo século, ou seja, o fim do tráfico negreiro e a necessidade de extinção da escravidão; por outro, houve o aumento da produção algodoeira nos EUA, bem como a ascensão de novos produtores de cana no exterior, provocando problemas de rentabilidade, quedas nas exportações e desvalorização cambial na economia do Brasil.

Embora o café tenha chegado no início do XVIII no território brasileiro, com as primeiras mudas vindas da Guiana Francesa para o Pará, o produto teve pouco sucesso na região, ganhando destaque apenas em meados do século XIX com o plantio na região do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, responsável por cerca de 78,5% da produção total de café no país (NAGAY, 1999). A partir da 2ª metade do século XIX, no entanto, a produção de café tornou-se mais expressiva, tomando a dianteira em relação às demais atividades agrícolas, sendo crucial para as exportações e para a consolidação de um novo produto no mercado externo. A princípio, foi empregada a mão de obra escrava, contudo, com as mudanças internas no Brasil e as pressões internacionais, principalmente na segunda metade do século XIX, esse cenário foi sendo alterado.

---

<sup>1</sup> Quando mencionamos a decadência dessas atividades, entendemos que elas perdem espaço e força de produção no mercado externo, mas isso não quer dizer que elas tenham sido extintas. Sabe-se, por exemplo, que a plantação canavieira continuou no Brasil durante boa parte de sua História, exercendo um papel importante ao longo da Primeira República (1889-1930), justamente porque era a atividade que sustentava a elite agrária do Nordeste brasileiro.

A vinda da Família Real para o Brasil e a posterior Independência, em 1822, foram acontecimentos importantes para se pensar a reestruturação política e econômica da época. Conforme Dolhnikoff (2002, p. 31):

Com a proclamação da Independência, as elites da antiga América portuguesa assumiram a direção da construção de um novo Estado, da organização de uma comunidade nacional, através de laços simbólicos e concretos que reunissem a população do novo país e, em certa medida, da reestruturação de uma economia que se tornava também ela nacional.

No entanto, as incertezas quanto ao modelo que regeria o país e as discussões acerca da mão de obra foram decisivas para uma certa instabilidade nas regiões do Brasil. A presença de elites mais consolidadas, como as do Nordeste, e a ascensão de um novo pólo econômico concentrado no eixo Sul-Sudeste, somadas ao aumento da população livre pobre e aos grupos liberais (homens de letras, magistrados, jornalistas, militares, advogados, etc), fizeram com que distintos projetos de governo fossem debatidos e votados. Assim, o período da Regência, as Revoluções Liberais que eclodiram na Europa, os embargos ingleses e a busca por um projeto nacional e nacionalista foram fatores que permearam e interferiram na produção cafeeira, principalmente no que diz respeito ao investimento no produto e no seu escoamento, bem como o trabalho braçal empregado (*Ibidem*, pp. 31-35).

Se por um lado o café se consolidava em cima de uma mão de obra escrava e em valores mais tradicionais, ou seja, pouco liberais, a proibição do tráfico negreiro pelo Governo Imperial por meio da Lei Eusébio de Queirós em 1850, o esgotamento do solo do Vale do Paraíba, marcado pela erosão e exaustão produtiva, e a instabilidade política do período da Regência (1831-1840) fizeram com que, aos poucos, essa produção se deslocasse para o centro-oeste da região de São Paulo, de modo que terras desabitadas foram sendo ocupadas pelos latifúndios produtores de café, reforçando o modelo das grandes concentrações fundiárias. Ademais, a dificuldade de obtenção de escravos, seu alto custo e a definitiva abolição da escravatura em 1888 fizeram com que a mão de obra precisasse se reinventar (*Ibidem*, pp. 109-130; FURTADO, 2007, p. 179-187).

Internacionalmente, a Europa também passava por instabilidades sociais e políticas. Sobretudo no final do XIX, regiões que antes integravam grandes impérios passaram a ser destrinchadas e unificadas em torno de Estados Modernos, como é o caso da Alemanha (antiga Prússia) e da Itália (que era composta por diferentes unidades políticas, como ducados e principados). Além disso, a difusão de correntes teóricas, como o socialismo e o anarquismo, foram cruciais para movimentos de massa, a exemplo da Comuna de Paris (1871) e

movimentos operários por todo o continente. De modo geral, esses eventos históricos abriram margem para um grande fluxo migratório com destinos variados ao redor do globo, inclusive em direção ao Brasil, em uma busca por melhores condições de vida e trabalhos dignos. Desse modo, tal contingente de imigrantes, paulatinamente, foi sendo incorporado à produção cafeeira sob um regime de trabalho livre assalariado.

Do ponto de vista nacional, houve uma intensa propaganda feita tanto pelo Império brasileiro quanto pelos próprios fazendeiros na busca por uma mão de obra que suprisse a escrava (SILVA, 1986, pp. 35-38). O fato de ter havido a proibição do tráfico de escravos em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiróz e da pressão britânica, fez com que os fazendeiros tivessem que recorrer a outros meios de trabalho. No entanto, apesar da incorporação de um novo tipo de mão de obra, seus anos iniciais marcaram uma série de problemas. De acordo com Silva (2007, pp. 36-38), essa primeira experiência foi pouco eficaz devido às péssimas condições a que os imigrantes eram submetidos. De modo geral, a contratação do trabalhador consistia em um sistema de parcerias: de um lado, o fazendeiro interessado arcava, mediante financiamento do Estado, com as despesas da viagem e com a instalação dos trabalhadores; por outro lado, os imigrantes se comprometiam a pagar os fazendeiros por meio do trabalho - algo que, de certo modo, remetia à própria mentalidade escravista e à escravidão.

Com a pouca estabilidade do Brasil Imperial, marcado por crises, conflitos e divergências dentro das próprias elites, e as dificuldades de acesso à mão de obra, aos poucos, os próprios cafeicultores paulistas, à frente da atividade mais rentável do país, passaram a apoiar um modelo republicano que os favorecesse e também auxiliasse na sua produção. A mudança do pólo econômico para o Oeste paulista, apesar de benéfica em termos produtivos, enfrentou contratempos que geraram um certo descontentamento da elite dirigente do país, principalmente devido à falta de apoio da monarquia para a atividade. Se por um lado o solo era melhor e a região apresentava índices mais expressivos de urbanização, por outro havia a dificuldade de escoamento, uma vez que a travessia da produção interiorana para o Porto de Santos enfrentava uma situação precária, visto que o transporte era feito por mulas e escravos que conduziam o produto por caminhos tortuosos no interior das matas, rios e intempéries climáticas (DOLHNIKOFF, pp. 67-68).

Essa falta de infraestrutura fez com que parte do capital oriundo do mercado externo fosse investido na construção de estradas de ferro e pontes, além da conservação das rotas que já existiam. Assim, o governo de São Paulo, constituído basicamente pelos cafeicultores, dedicava seu orçamento para modernização das áreas de escoamento, principalmente no trecho Jundiá-Santos, que era íngreme e de difícil acesso. Apesar da ajuda inglesa com a inauguração,

em 1867, de uma ferrovia que fazia esse percurso até o Porto de Santos, todo o restante do escoamento interno ainda era feito pelas mulas, marcando a lentidão e a dificuldade no processo. Do ponto de vista econômico, no entanto, essa insatisfação marca, também, uma diversificação no investimento do capital, visto que este não mais era destinado integralmente para a agricultura, como no caso da produção canavieira (*Ibidem*, p. 68).

Além disso, a parca disponibilidade de escravos trouxe consigo a necessidade de mudança na mão de obra. Embora os imigrantes tivessem suprido, de certo modo, essa demanda, ainda que em condições exploratórias, houve um fracasso nas experiências iniciais, demonstrando que essa modalidade de trabalho só funcionaria com o financiamento público - algo que os cafeicultores não contavam. Conforme Dolhnikoff (2002, p. 159):

[...] Sem conseguir aprovar no orçamento nacional recursos para a imigração, [os cafeicultores] só conseguiram viabilizá-la com o financiamento feito pelo governo provincial, cujas rendas provinham na sua maior parte de impostos pagos pelos próprios cafeicultores. [...] [Assim], começou a se disseminar entre os cafeicultores o ressentimento de que, apesar dos impostos que pagavam para o governo central,, tiveram que resolver sozinhos, com seus próprios recursos, os problemas para garantir a continuidade da expansão cafeeira.

Por fim, soma-se essa situação ao sentimento de injustiça provocado pelo beneficiamento das demais províncias brasileiras em detrimento de São Paulo, responsável pela maior produção de riqueza do país. Assim, embora São Paulo estivesse se tornando uma potência econômica, marcada pela urbanização e pelos investimentos em infraestrutura, tal província ainda não tinha um poder político que a atendesse. Isso marca a passagem da mentalidade de boa parte dos cafeicultores, que ora defendiam valores mais tradicionais, para um republicanismo federalista que os beneficiaria e auxiliaria no desenvolvimento da economia cafeeira (DOLHNIKOFF, p. 160-161).

Em sequência, discutiremos esse período de gestação da economia cafeeira sob a perspectiva de dois autores. O primeiro será Celso Furtado, com base em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, e o segundo será Wilson Cano, a partir de *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*.

## 1.2. Algumas linhas de análise sobre o desenvolvimento da economia cafeeira no século XIX

Para esta seção, o estudo será direcionado para as análises de Celso Furtado e Wilson Cano. A escolha pelos autores deu-se devido a importância de ambos para a estruturação de uma história econômica brasileira, sobretudo para o período que nos propomos a estudar. Celso Furtado, economista brasileiro, ao analisar a formação econômica do Brasil desde seus primórdios, abre-nos a possibilidade de entendermos as linhas condutoras da economia brasileira e a dinâmica de crescimento, expansão e declínio dos ciclos econômicos do país - dentre eles, o da cafeicultura. Já Cano, também economista, propõe um debate regional e urbano sobre o Brasil no contexto da necessidade de avançar um projeto nacional de desenvolvimento, com base em uma concepção histórico-material em que são apresentadas as contradições de um capitalismo que ainda pautava-se em uma estrutura agrária.

### 1.2.1. Celso Furtado

De acordo com Celso Furtado (2007), em *Formação Econômica do Brasil*, a gestação da economia cafeeira compreende um período que abrange pelo menos meio século antes de, de fato, se estabilizar. Nos três primeiros quartos do século XIX, a economia brasileira estava estagnada e em decadência e, embora produtos como algodão, cacau, fumo, arroz e couros tivessem ganhado um certo destaque no comércio internacional, suas fases de progresso tiveram um impacto muito mais restrito às localidades a que pertenciam do que ao Brasil como um todo, de modo que não afetaram o panorama geral. Conforme Furtado (2007, p. 165):

Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento econômico era o comércio internacional. Desenvolvimento com base em mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança um determinado grau de complexidade, que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica. [...] Os poucos empréstimos externos, contraídos na primeira metade do século XIX, tiveram objetivos improdutivos e, como consequência, agravaram enormemente a precária situação fiscal.

É em meio a esse panorama que o café, ao longo da primeira metade do XIX, passa, aos poucos, a assumir uma importância comercial mais significativa para o país. Após a Independência, em 1822, o café contribuiu com cerca de 18% do valor das exportações do Brasil, o que o deixava atrás apenas do açúcar e do algodão, e, por volta de 1850, o produto já ocupava o primeiro lugar na economia brasileira, representando mais de 40% do valor das exportações (*Ibidem*, p. 168-169). Nesse período de gestação, o café se concentrava na região

montanhosa próxima da capital do país (Rio de Janeiro) e contava com o aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados, como a mula, no quesito transporte, e a mão-de-obra oriunda da desagregação da economia mineira. De acordo com Furtado, “a quantidade [de café] exportada mais que quintuplicou entre 1821-20 e 1841-50, se bem que os preços médios se hajam reduzido em cerca de quarenta por cento durante esse período” (p. 168).

Em termos comparativos, é possível traçar paralelos entre a empresa açucareira e a cafeeira. Se a primeira contava com a utilização intensiva de mão de obra escrava, a segunda também tinha como base o escravismo, ainda que isso fosse mudar conforme as políticas externas e internas ao longo do século. Porém, se o plantio de cana de açúcar dependia unicamente da terra, apresentando um grau de capitalização menor, o café necessitava de poucos investimentos monetários, visto que é uma cultura permanente e seus equipamentos são mais simples e sempre de fabricação local, de modo que o giro do seu capital era mais expressivo. Essa baixa necessidade de custos na empresa cafeeira foi responsável, de acordo com Furtado, pelo crescimento vertiginoso da atividade ao longo do XIX, mesmo com a tendência pouco favorável dos preços.

Além disso, para Furtado, o período de gestação da empresa cafeeira também foi responsável pela criação de uma nova classe empresária no país, que seria fundamental para o desenvolvimento do café no restante do século e para a estruturação da República na passagem do XIX para o XX. Diferentemente da elite canavieira, consolidada ao longo dos séculos sobretudo no Nordeste brasileiro, a classe empresarial era constituída por homens, da região do Vale do Paraíba, que haviam acumulado capital no comércio e transporte de produtos, matérias-primas e de café nos entornos do Rio de Janeiro, visto que a cidade representava o principal mercado consumidor do país e necessitava de um constante e abundante abastecimento. Isso fez com que essa classe também se interessasse pelo plantio e produção do café, investindo na atividade e constituindo a vanguarda da expansão cafeeira. De acordo com *Formação Econômica do Brasil*, ao contrário dos produtores de café, que tinham experiência comercial,

[...] os homens que dirigiram a produção [açucareira] não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses. Com o tempo, foram perdendo sua verdadeira função econômica, e as tarefas diretivas passaram a constituir simples rotina executada por feitores e outros empregados. Compreende-se, portanto, que os antigos empresários hajam involuído numa classe de rentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural, cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos ensaios dos sociólogos nordestinos do século XX. (FURTADO, 2007, p. 171).

Isso mostra que, ao longo da gestação da empresa cafeeira, os interesses da produção e do comércio se mantiveram entrelaçados, permitindo que essa nova classe dirigente se formasse com base em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. Para Furtado (2007, p. 172),

Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República.

Assim, concluída sua gestação, a economia cafeeira se mantinha em condições de autofinanciar sua expansão subsequente, visto que os quadros da nova classe dirigente estavam formados. O único empecilho que se colocava era a mão de obra, já que esta dependia sobretudo da oferta interna potencial, algo que, ao menos do lado da escravidão, foi drasticamente caindo conforme as exigências inglesas, visto que havia a pretensão de eliminar completamente o trabalho escravo. Para além das pressões internacionais em relação a este tipo de comércio, a figura do caboclo, ou seja, um homem voltado para a economia de subsistência, não seria suficiente para suprir a demanda de mão de obra, visto que este teria que abandonar suas próprias atividades - que eram rudimentares e em menor escala - e também estaria “atado por vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social” (FURTADO, 2007, p. 179).

Durante um tempo cogitou-se incentivo à mão de obra imigrante européia. Tentando fomentar a vinda dessas famílias estrangeiras, o governo se comprometia a cobrir parte do financiamento desses trabalhadores, que era o preço das passagens. Conforme Furtado (2007, p. 185):

[...] o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiou a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade.

Como visto, esse tipo de conduta marca o início de um regime de excessiva exploração de mão de obra que se colocaria com a vinda desses imigrantes. Para além dos abusos, visto que o colono via-se totalmente dependente do poder dos fazendeiros, as reações na Europa também não tardaram, de modo que na década de 1860 o problema da mão de obra novamente



se tornava um assunto bastante sério. Diante dessa situação, foi apenas por volta de 1870 que a solução se mostrou possível no que diz respeito à mão de obra europeia:

[...] o governo imperial passou a encarregar-se dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família. Dessa forma, o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura. (*Ibidem*, 2007, p. 187)

Assim, resolvida a questão da mão de obra, a economia cafeeira pôde desenvolver-se, ocupando um espaço central tanto na política quanto na economia nacional da época, algo que veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

### 1.2.2. Wilson Cano

Wilson Cano, em seu livro *Raízes da Industrialização de São Paulo* (2007), para discutir a articulação entre a economia cafeeira e o surgimento da indústria, sobretudo paulista, parte da ideia de “complexo econômico”. De acordo com o autor, um “complexo econômico” caracteriza um conjunto de atividades inter-relacionadas que possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado, ou seja, um “conjunto de atividades sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto” (p. 24). Partindo deste conceito, Cano propõe uma divisão baseada nas relações de produção que envolvem a cafeicultura: um primeiro momento escravista (concentrado majoritariamente no Vale do Paraíba, mas um pouco, também, no Oeste Paulista) e, posteriormente, uma dinâmica de fato capitalista, que incorporava o trabalho assalariado e condições de acumulação dentro do próprio sistema, cuja concentração dá-se no complexo cafeeiro de São Paulo.

Dentre os componentes e as variáveis citadas por Cano nesse “complexo econômico”, destacamos alguns:

- a atividade produtora do café, tida como a principal. Com a renda gerada por essa atividade, as demais puderam desenvolver-se;
- a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas, tanto dentro da área cafeeira quanto fora;
- a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista;
- a atividade do comércio de exportação e importação;
- o desenvolvimento de atividades criadoras de infra-estrutura e inerentes à urbanização;

- o movimento migratório;
- a disponibilidade de terras;
- a balança comercial com o exterior e o resto do país;
- o capital externo e
- as políticas tarifárias, monetárias, etc.

A partir desses elementos, seguiremos a divisão proposta por Cano, ou seja, primeiro focaremos a análise no complexo escravista no Vale do Paraíba e, em seguida, no Oeste Paulista, alcançando até meados de 1870/1880, período que consideramos como o de gestação da economia cafeeira.

#### 1.2.2.1. O complexo cafeeiro escravista do Vale do Paraíba

A produção cafeeira na região do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, embora tenha crescido lentamente até meados de 1870, passa a entrar em uma franca decadência a partir de então. Segundo Cano, “se já eram más as condições econômicas do café nessa região, no início da década de 1880, a precipitação do processo abolicionista, a crise de superprodução de 1897 e a política deflacionista de 1898 e 1902, viriam agravar a crise”, deixando a região irrecuperável (CANO, 2007, p. 32).

Para além da limitação de terras para expansão e rendimento econômico do café no Vale do Paraíba, havia uma grande erosão e exaustão do solo, o que diminuía ainda mais a oferta de terras, abrindo margem, inclusive, para o deslocamento em direção ao Oeste Paulista. Somado a esses fatores, desde 1831, houve a instituição de leis que reprimiam o tráfico, por parte do governo imperial brasileiro, contribuindo para uma alta de preços na mão de obra principal, a escrava. De acordo com Cano, de 1821 a 1832 o preço médio de um escravo passava de 250\$000 a 440\$000 para cerca de 700\$000 (*Ibidem*, pp. 32-33). Após a proibição do tráfico em 1850, sobretudo devido às pressões inglesas, houve um aumento do comércio ilegal e um agravamento ainda maior dos preços, levando, muitas vezes, ao contrabando entre as regiões do Brasil.

Em termos de acumulação de capital, isso era prejudicial na medida em que este tipo de comércio era realizado por traficantes brasileiros e também estrangeiros, ou seja, parte da renda era transferida para o exterior, diminuindo o potencial de acumulação produtiva do complexo. A fração que ficava no território brasileiro acabava ampliando os capitais comerciais que financiavam o fazendeiro, “na compra de meios de subsistência e de escravos, através de hipotecas ou outros títulos, por meio dos quais o agente escravista, diante da caótica situação

financeira do fazendeiro, não raro lhe tomava a propriedade agrícola e seus pertences” (*Ibidem*, p. 33).

Além disso, com o encarecimento do preço do escravo, toda a mão de obra acabou se concentrando na produção cafeeira, o que reduziu drasticamente os cultivos alimentares e, conseqüentemente, elevou seus valores no mercado. De acordo com Cano, essa mudança fez com que “uma parcela de custos que antes eram em grande parte não-monetários (uma vez que o escravo produzia grande parte do seu próprio alimento)” fossem transformados “em efetivos reembolsos monetários com a compra de alimentos” (*Ibidem*, p. 34).

Conforme Cano (*Ibidem*, p. 34):

Mesmo se considerando o fato de que os preços internos do café duplicam nesse período, o aumento dos preços dos alimentos, o aumento dos preços dos escravos (que triplicam) e o aumento dos preços das terras (que mais que duplicam) fariam com que a expansão do plantio se desse a custos crescentes, proporcionalmente maiores do que os aumentos dos preços internos do café.

A despeito desses problemas relacionados à terra e à mão de obra, destaca-se por outro lado, a expansão ferroviária. Embora parte do capital tenha saído da cafeeira, representando uma nova oportunidade de rendimento para o capital cafeeiro, termo cunhado pelo autor, a crise crônica que atravessava a região fez com que parte dessas estradas passassem para o poder imperial. Mesmo com investimentos privados, a maior parte da expansão das estradas de ferro era custeada pelo governo federal, demonstrando que, na verdade, o capital da cafeeira gerava pouco rendimento no que diz respeito ao desenvolvimento da região em termos de infraestrutura. Apesar das ferrovias terem reduzido os custos de transporte do café, que eram normalmente feitos em carros de boi em direção aos portos, “essa expansão ferroviária [...] ocorreu com o antigo sistema de pequenos portos fluviais e marítimos e com suas rodovias, praticamente tornando-os sem utilização econômica” (*Ibidem*, p. 37). Ou seja, conforme Cano, “parte dos efeitos positivos gerados pelos investimentos ferroviários na região foram em parte anulados pelos efeitos decorrentes da desutilização de parte da infraestrutura preexistente” (*Ibidem*, p. 37).

Por fim, destaca-se, também, como aspecto positivo, o beneficiamento das atividades urbanas do Rio de Janeiro devido à alta do preço dos escravos. Se por um lado, os comerciantes tiveram um aumento dos lucros gerados pelas atividades ilegais do escravismo, por outro, esse aumento de preços fez com que houvesse uma transferência de escravos alocados nas cidades para a atividade do café, criando as condições para um mercado livre e de bens de consumo.

### 1.2.2.2. O complexo cafeeiro escravista do Oeste Paulista

Se o complexo escravista do Vale do Paraíba apresentava restrições quanto à terra e à qualidade do solo, principalmente, por outro lado, o Oeste Paulista, tornava-se “um ‘livre conduto’ à expansão cafeeira, tanto no que se refere à sua disponibilidade quantitativa [de terras], quanto ao seu principal aspecto que é o das condições de clima, fertilidade e topografia” (CANO, 2007, p. 39). Até o final do século XIX, por volta da década de 1870, a produção paulista já representava cerca de um quarto da produção nacional, e isso se deu por alguns motivos que serão elencados a seguir.

Em primeiro lugar, diferentemente do Vale do Paraíba, em que o arado era pouco utilizado, no Oeste Paulista havia um uso muito maior desta técnica agrícola. Além disso, devido à topografia da região, parte da lavoura pôde introduzir a máquina carpeira, substituindo o trabalho de aproximadamente seis escravos e, portanto, aumentando a produtividade e diminuindo os custos de mão de obra. Somada à fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e às técnicas agrícolas mais eficientes, também houve o desenvolvimento de máquinas de beneficiamento do café, cuja fabricação já se desenvolvia em São Paulo por volta do final do século XIX. Segundo Cano, “essas máquinas eram representadas por um conjunto de equipamentos de uso específico, como os despoldadores, descascadores, ventiladores, brunidores, separadores/classificadores, modificadores de tipos de café etc” (*Ibidem*, p. 41). Esse conjunto de fatores fez com que a produção paulista fosse aproximadamente cinco vezes maior do que a verificada no Vale do Paraíba.

Ademais, a alta produtividade das terras paulistas, que aumentavam as taxas de lucro da cafeicultura, previam um uso cada vez maior e massivo das terras. Isso fez com que, inevitavelmente, houvesse a necessidade de ocupação de novos territórios, os quais concentravam-se majoritariamente no interior. Apesar de ser algo positivo, pois o lucro oriundo da cafeicultura estava sendo convertido em acumulação de capital, a questão do transporte mostrava-se como um empecilho, dado o alto custo de deslocamento entre o local de produção e o porto de embarque. Diante de tal entrave, a implantação do sistema ferroviário mostrou-se como uma saída produtiva - algo que também gerou diferenças em relação ao Vale do Paraíba.

Para além do “desbravamento” da fronteira agrícola, tornando as terras do oeste paulista acessíveis economicamente, as ferrovias também contribuíram para o abaixamento dos custos da produção cafeeira, diminuindo os gastos por transporte, que antes eram feitos por mulas. De acordo com Cano (*Ibidem*, p. 42):

Com a ferrovia, os custos de transporte do café caíram sensivelmente, situando-se em média, em torno de 20% o preço da saca de café exportada. Isso permite concluir que, em média, houve uma diminuição dos custos cafeeiros em montante equivalente a cerca de 20% dos preços de exportação.

Por último, cabe ainda lembrar que as ferrovias contribuíram, também, para elevar economicamente a produtividade física do café: antes, por deficiência dos transportes, parte da produção de café perecia nas fazendas mais distantes e outra parte, por pequena que fosse, era extraviada ou destruída durante o longo período utilizado em seu transporte, dada as precárias condições em que esse serviço era executado.

Nesse sentido, é possível concluir que tanto as máquinas de beneficiamento quanto as ferrovias aumentaram a produtividade do café e reduziram os custos, contribuindo para a ampliação das margens de lucro dos cafeicultores. De modo geral, se no Vale do Paraíba as estradas de ferro passaram para o poderio imperial e tiveram pouca aplicação de capital privado, mantendo parte da estrutura arcaica de transporte, em São Paulo foi mais evidente e expressivo o investimento feito por parte dos próprios fazendeiros cafeicultores em uma rede eficiente ferrovias que interligavam boa parte do interior.

Um terceiro ponto de bastante relevância diz respeito à questão da mão de obra. Conforme Cano (*Ibidem*, p. 43):

A transição do sistema de trabalho escravo para o de trabalho livre, em São Paulo, adquiriria um caráter peculiar. Ela seria bastante difícil no Vale do Paraíba, que em 1883 ocupava 28,5% do total de escravos (174.622) existentes em São Paulo; e gradativa, nas zonas mais antigas do “Oeste Paulista” [...] que detinham 42%; as cidades de São Paulo e de Santos, com suas regiões vizinhas, de inexpressiva produção cafeeira, detinham apenas 4,5% e a zona pioneira do “Oeste Paulista”, os restantes 25%.

De modo geral, já existia mão de obra livre para determinadas tarefas que envolviam a economia cafeeira, como a derrubada de florestas e a abertura de terras virgens para a plantação. No entanto, o problema se concentrava na colheita e no trato do café, que, segundo Cano, eram atividades em que não se utilizava da mão de obra nacional livre, ou se usava, era algo excepcional. Desde meados do século XIX, sabe-se que a mão de obra imigrante estava sendo propagandeada e estimulada por parte do Estado brasileiro, em uma tentativa de suprimir a demanda de escravos. Nesse sentido, e de acordo com a tabela proposta por Cano (Tabela 1), percebe-se que, por volta de 1870, já havia um fluxo grande de imigrantes europeus no Brasil e que a transição para o trabalho assalariado também contava com soluções distintas, como reaproveitamento de escravos fugidos de zonas decadentes, libertos ou mesmo aproveitamento

de mão de obra nacional. Segundo Cano, é apenas de 1886 em diante que o fluxo imigratório solucionaria a questão da mão de obra, consolidando a passagem para o sistema de trabalho assalariado.

Tabela 1  
População livre, imigração e escravos no estado de São Paulo

Anos	(I) Escravos	(II) População Total	(III) Imigrantes (tot.acumul.)	I/II	III/II	III/I	IV = II - (I + III)
1854	117731 (a)	417149 (a)	4209	0,282	0,010	0,036	295209
1872	156612	837354	10464	0,187	0,012	0,067	670278
1873	174662	...	11054	...	...	0,063	...
1874	169964	...	11174	...	...	0,066	...
1880	168950	...	22242	...	...	0,132	...
1883	174622	...	32602	...	...	0,187	...
1885	128000 (b)	...	43981	...	...	0,344	...
1886	106665 (c)	1221380 (c)	53517	0,087	0,044	0,502	1061198
1887	107829	...	85629	...	...	0,794	...
1890	-	1384753	243899	-	0,176	-	1140854
1897	-	...	862530	-	...	-	...
1900	-	2282279	963486	-	0,422	-	1318793

Fontes: (I) Taunay. História do café no Brasil, v. 7, p. 445-450;

(II) Censos Demográficos;

(III) Boletim da Directoria de Terras, Colonização e Imigração, p. 49, 1937;

(a) Viotti da Costa (1966, p. 205-207)

(b) Graham e Holanda Filho (1971, p. 31);

(c) Camargo (1953, p. 53-57).

FONTE: CANO, Wilson. *Raízes da Industrialização em São Paulo*. 5ª edição. Editora UNICAMP, 2007, p. 45.

De acordo com Cano, ao longo do século XIX, no Brasil, também coexistiam distintos sistemas de empregos nas fazendas de café: além do escravista e da remuneração de mão de obra, havia um sistema de parcerias, que permitia o plantio de alimentos pelo parceiro e dividia os lucros entre o fazendeiro e o parceiro, tanto do café quanto da venda dos produtos agrícolas e o sistema de “colonato”, que misturava a renda e pagamento (*Ibidem*, p. 46). Embora tivessem cumprido um papel de relativa relevância na economia cafeeira, o sistema como um todo só conseguiu achar solução por meio da imigração européia, em um novo regime de colonato, que se expandiu a partir de 1870 e se acelerou a partir de 1883.

Conforme Cano (*Ibidem*, 47):

Examinando-se as condições estabelecidas para o regime de colonato, pode-se concluir que elas significaram grandes vantagens para o fazendeiro e relativas vantagens para os colonos. No regime anterior, o escravo significava um capital fixo (pela sua compra) e/ou um custo fixo (pelo seu aluguel ou manutenção); no regime de trabalho livre, aquele capital fixo passava a circulante (para o financiamento de seus salários, até a venda da produção) e os custos eram agora repartidos em duas parcelas [...]. Essa

mudança, diminuindo as imobilizações financeiras do fazendeiro, rebaixava também suas despesas financeiras com juros.

Conclui-se, portanto, que o trabalho livre passa a adquirir uma grande importância dentro do cenário cafeeiro, sobretudo devido aos preços mais favoráveis e a pouca disponibilidade dos escravos para o crescimento da produção cafeeira. A vinda desses imigrantes também marca o que é considerado como a passagem para a mão de obra assalariada, dando origem ao complexo cafeeiro capitalista, que será analisado no nosso próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO CAFEEIRA: EXPANSÃO E CRISE**

### **Apresentação**

Tendo em vista o recorte já apresentado no capítulo anterior, neste capítulo objetivamos discutir a expansão da produção cafeeira e a sua estabilidade dentro do cenário nacional. Nesse sentido, consideramos o período que vai do final do século XIX até o início do século XX, mais precisamente por volta de 1930, momento em que as políticas de valorização do produto já não conseguiam mais se sustentar. Dentro desse recorte temporal, também discutiremos a relação entre o capital cafeeiro e os empregos gerados por ele e outras atividades ainda incipientes no país, como a indústria, sobretudo na região Sudeste.

Para essa discussão, partiremos da análise de dois principais autores: Celso Furtado e Wilson Cano. Dentre as questões apresentadas, levaremos em consideração o cenário político brasileiro e as questões econômicas que rondavam tanto o âmbito nacional como internacional.



## 2.1. Linhas de Análise

### 2.1.1. Celso Furtado

Para Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (2007), o último quarto do século XIX é marcado por um crescimento econômico expressivo, além de um nível de renda maior entre os brasileiros. De acordo com o autor, “comparando os valores médios correspondentes aos anos 1890 com os relativos aos do decênio de 1840, depreende-se que o *quantum* das exportações brasileiras aumentou 214 por cento” (FURTADO, 2007, p. 206). A dilatação nas exportações foi acompanhada, também, por um incremento de 396% na renda geral gerada pelo setor exportador, de modo que houve um dinamismo significativo, mas ainda desigual, entre os produtos exportados. Esse dinamismo na economia, para Furtado, pode ser dividido em três setores: (i) economia do açúcar e algodão; (ii) economia de subsistência do sul do país e (iii) economia cafeeira, de maior destaque, que será analisado mais detalhadamente ao longo desta seção.

A região produtora de café, compreendida majoritariamente na região Sudeste e com destaque para o estado de São Paulo, apresentou um crescimento significativo em sua população, superando até mesmo regiões que tradicionalmente haviam sido pólos do país, como o Nordeste. Parte desse desenvolvimento deu-se por meio da transferência de mão de obra das regiões de baixa produtividade para outras de alta produtividade, tendo em vista que o avanço da economia cafeeira e a recente proibição do tráfico negreiro (1850) abriram margem para que novas dinâmicas de trabalho fossem instauradas na região.

De maneira geral, o fato do trabalho ter se tornado livre e assalariado<sup>2</sup> após 1888 fez com que transformações estruturais colocassem o Brasil em uma economia de mercado interno. Nas palavras de Furtado (2007, p. 219), embora houvesse similaridades com a antiga economia escravista, visto que ambas constituíram-se “por uma multiplicidade de unidades produtoras que se ligam intimamente às correntes do comércio exterior”, o trabalho assalariado trouxe

---

<sup>2</sup> Sabe-se que desde o início do século XIX a Inglaterra exercia uma forte pressão internacional contra o tráfico negreiro (DOLHNIKOFF, 2022, pp. 109-110). Ainda que no Brasil a proibição do tráfico tenha ocorrido em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queirós, foi muito comum, nos anos que antecederam a abolição definitiva em 1888, a prática de tráfico interno de mão de obra, ou seja, regiões em que atividades econômicas estavam em declínio passaram a ofertar escravos para as atividades em ascensão, como a cafeicultura, que já se destacava no cenário brasileiro. Nesse sentido, o período que vai de 1850 até 1888 conta com um gradual declínio da mão de obra escrava, ao mesmo tempo em que políticas de incentivo à mão de obra imigrante começaram a vigorar. Se nas primeiras levas de imigração surgiram problemas quanto à situação trabalhista, conforme o próprio Furtado aponta (2007, pp. 185-187), posteriormente começou-se a regularizar a vinda desses imigrantes, garantindo a condição de assalariamento. Além disso, as próprias dinâmicas internas do Brasil abriram margem para que novas atividades urbanas surgissem, ampliando o escopo de trabalhadores livres.

mudanças significativas no fluxo de renda. A primeira consiste na questão do gasto da renda: enquanto a classe proprietária retém parte de sua renda para aumentar seu capital, oriundo dessa mesma renda, os assalariados transformam a totalidade ou quase a totalidade da sua renda em gastos de consumo. Além disso, sem os obstáculos referentes à mão de obra, o setor cafeeiro pôde manter o seu salário praticamente estável, desde que este fosse, em termos absolutos, mais elevado que aqueles pagos nos demais setores da economia.

Assim, se por um lado o aumento da produtividade da economia cafeeira refletiu principalmente em melhoras ocasionais de preços, por outro, esse novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado também trouxe problemas que vinham de longa data. De acordo com Furtado (*Ibidem*, 2007, p. 223), “um desses problemas [...] consistiria na impossibilidade de adaptar-se às regras do padrão-ouro, base de toda a economia internacional no período”. Isso significava que cada país deveria dispor de uma reserva metálica suficiente para cobrir os déficits de sua balança de pagamentos. No entanto, a contribuição de cada país para esse financiamento variava em função de sua participação no comércio internacional e de acordo com as flutuações de sua balança.

No caso do Brasil, um país agrário-exportador, a situação colocava-se da seguinte maneira: desde a sua Independência, a economia fora estruturada para produzir e exportar produtos primários - as chamadas *commodities* -, de modo que a sua inserção na DIT foi feita atendendo aos anseios da periferia do sistema capitalista, composta por países que tinham suas economias atrasadas em termos tecnológicos, visto que não haviam incorporado os avanços da Primeira Revolução Industrial. Por outro lado, o centro do sistema capitalista (Europa e EUA) tinha uma produção voltada aos produtos industrializados e uma economia com um elevado grau de desenvolvimento tecnológico, avançando, inclusive, em direção à Segunda Revolução Industrial. Diante desse cenário, para países como o Brasil terem uma economia bem estruturada, eram necessárias duas variáveis externas: a demanda externa e o preço externo dos produtos exportados.

De modo geral, isso traz, também, dois problemas: a dependência da economia agrário-exportadora em relação às flutuações da demanda e dos preços do café e a desigualdade das relações de troca entre os países - sobretudo quando consideramos as *commodities* como produtos de baixo valor agregado. No caso do Brasil, em que a economia possui elevada propensão à importação devido à reduzida produção interna e ao crescimento da renda interna, isso tende a gerar um desequilíbrio externo, ou seja, um desequilíbrio na balança comercial do balanço de pagamentos, pois para atender as necessidades de importações, é necessária a exportação de uma quantidade expressiva de café.

De acordo com Furtado (*Ibidem*, 2007, p. 225),

Numa economia do tipo da brasileira do século XIX, o coeficiente de importações era particularmente elevado [...]. Por outro lado, os desequilíbrios na balança de pagamentos eram relativamente muito mais amplos, pois refletiam as bruscas quedas de preços das matérias-primas no mercado mundial.

Como efeito disso, problemas cambiais foram recorrentes no nosso desenvolvimento, dada a grande dificuldade do Brasil aderir ao sistema-padrão Ouro (sistema monetário internacional vigente no final do século XIX), visto que só têm condições de aderir a esse sistema os países que conseguem elevar o valor de suas exportações e importar produtos de baixo valor agregado, como países do centro do capitalismo.

Para além das questões relacionadas à balança comercial e à tendência ao desequilíbrio externo, no que tange a mão de obra, percebe-se um aumento significativo de suas reservas, tendo em vista o expressivo movimento migratório que tomava conta do país. Com o aumento da disponibilidade de mão de obra, houve tanto uma tendência à manutenção dos salários com preços baixos quanto o aumento da produtividade, visto que a economia deixava de ser estacionária de subsistência e passava para uma economia exportadora. Nesse sentido, o capital angariado por essa produtividade era utilizado, em vez de elevar a qualidade dos processos de cultivo, para a expansão das plantações. De acordo com Furtado (*Ibidem*, 2007, p. 233):

[...] Como os frutos dos aumentos de produtividade revertiam para o capital, quanto mais extensiva fosse a cultura, vale dizer, quanto maior fosse a quantidade produzida por unidade de capital imobilizado, mais vantajosa seria a situação do empresário. Transformando-se qualquer aumento de produtividade em lucros, é evidente que seria sempre mais interessante produzir a maior quantidade possível por unidade de capital, e não pagar o mínimo possível de salários por unidade de produto. A consequência prática dessa situação era que o empresário estava sempre interessando em aplicar seu capital novo na expansão das plantações, não se formando nenhum incentivo à melhora dos métodos de cultivo.

Para Furtado, esse mesmo tipo de dinâmica colocava-se sobre a terra, visto que esta, mais do que a mão de obra, existia em abundância na região. Nesse sentido, as condições econômicas em que se desenvolvia a cafeicultura não criaram nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física, ora da terra, ora da mão de obra, de modo que esse tipo de dinâmica refletia-se principalmente nas elevações ocasionais dos preços. Essa elevação cíclica dos preços traduzia-se em momentos de contração e expansão da margem de lucro do

empresário. Entretanto, isso implicava, também, um desequilíbrio na balança de pagamentos, visto que havia uma acumulação de déficit na conta corrente da balança de pagamentos.

Assim, o processo de correção do desequilíbrio externo, fosse por meio das regras do padrão-ouro, fosse por meio da desvalorização da moeda nacional, significava “uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações” (*Ibidem*, 2007, pp. 238-239). Conforme Furtado (*Ibidem*, 2007, 239),

[...] os aumentos da produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dada as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão de obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração de renda nas etapas de prosperidade. [...] Na etapa de declínio cíclico, havia uma forte baixa na produtividade econômica do setor exportador. Pelas mesmas razões por que na alta cíclica os frutos desse aumento de produtividade eram retidos pela classe empresarial, na depressão os prejuízos da baixa de preços tendiam a concentrar-se nos lucros dos empresários do setor exportador.

Diante de tal situação, crises de superprodução eram vistas como uma possibilidade futura, visto que, com a abundância de terras e de mão de obra, os cafeicultores já detinham parte de sua produção fora do mercado, de modo a contrair artificialmente a oferta. Esse tipo de dinâmica era feita como um mecanismo de defesa contra a baixa dos preços, no entanto, a longo prazo, isso se mostrava um problema, uma vez que já no final do XIX, com a crise de superprodução de 1893 e o declínio dos preços no mercado internacional, tornava-se impraticável apelar para o mecanismo cambial, a fim de defender a rentabilidade do setor cafeeiro, gerando o problema da superprodução.

Em meio ao excedente produtivo, nas palavras de Furtado (*Ibidem*, 2007, p. 276), “a idéia de retirar do mercado parte desses estoques amadurece cedo - no espírito dos dirigentes dos estados cafeeiros, cujo poder político e financeiro fora amplamente acrescido pela descentralização republicana”. Assim, em um dos convênios, celebrado em Taubaté em fevereiro de 1906, definiram-se as bases do que se chamaria política de “valorização” do produto, que basicamente consistia em uma tentativa de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura de café, por meio da intervenção estatal. Para além disso, previa-se o financiamento da compra dos excedentes via empréstimos estrangeiros, os quais seriam cobertos com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada, e o desencorajamento da expansão das plantações.

Se por um lado o plano de defesa havia sido bem concebido, por outro lado, abria-se um problema: com os preços estáveis, os lucros mantinham-se elevados; conseqüentemente, as

inversões nesse setor também conservavam-se em nível elevado, pressionando cada vez mais a oferta. De acordo com Furtado (*Ibidem*, 2007, pp. 277-278):

Teria sido necessário que se oferecessem ao empresário outras oportunidades, igualmente lucrativas, de aplicação dos recursos que estavam afluindo continuamente a suas mãos sob a forma de lucros. Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões; Destarte, tornava-se inevitável que essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café. Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave.

Esse tipo de mecanismo de defesa, embora estimulasse a expansão, manteve-se relativamente eficiente até o final da década de 1920, quando a crise de 1929 fragiliza ainda mais uma dinâmica que se mostrava vulnerável. Com os estoques se acumulando, não havia nenhuma possibilidade de reutilizar economicamente essa produção em um futuro previsível, ainda mais porque a capacidade produtiva continuava a aumentar. Nesse sentido, a manutenção do preço do café de forma persistente criava condições para que o desequilíbrio entre a oferta e a procura se aprofundasse cada vez mais, contribuindo para a crise do produto que, até então, ocupava o centro da economia nacional.

Em suma, as políticas de valorização do café intensificaram a tendência à superprodução ao ocultar os sinais do mercado. Assim, por meio da estocagem, os produtores recebiam valores mais altos pelo café quando comparados com os preços que eram estipulados normalmente pelo mercado, o que acabava por incentivar a plantação de café, visto que o risco dos preços caírem desaparecia na medida em que o governo realizava essas intervenções reguladoras. Logo, se o cenário já se mostrava favorável para um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda, a partir da crise de 1929 a situação se agrava substancialmente, levando à crise da produção cafeeira.

### 2.1.2. Wilson Cano

Tomando como pressuposto a ideia de que o complexo econômico<sup>3</sup>, de acordo com Cano, é caracterizado por um conjunto de atividades oriundas a partir de uma economia central, entende-se por complexo cafeeiro capitalista a expansão, a partir da produção cafeeira, de um acelerado e diversificado agrupamento de outras atividades econômicas estimuladas pela expansão da renda interna, como as indústrias iniciais voltadas para a própria produção do café.

Nesse sentido, passado o problema referente à mão de obra no Brasil, que agora era majoritariamente assalariada, o complexo cafeeiro, ou seja, todas as atividades econômicas que surgiram devido à renda gerada pela economia cafeeira, passa a adquirir um certo dinamismo e torna-se protagonista das relações econômicas brasileiras, dando destaque à região Sudeste e ao estado de São Paulo. Esse dinamismo oriundo da produção cafeeira contribuiu tanto para um crescimento e diversificação da economia paulista quanto para o protagonismo da região em relação às demais partes do país, graças aos vínculos capitalistas de produção.

Para entendermos essa nova dinâmica produtiva que se colocava, seguiremos a divisão proposta por Cano em *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo* (2007) e faremos uma análise do complexo cafeeiro capitalista em São Paulo, que vai desde o último quarto do século XIX até 1930, período que engloba a expansão cafeeira e as suas primeiras fissuras.

#### 2.1.2.1. O complexo cafeeiro capitalista de São Paulo

De acordo com Cano (2007), o último quarto do século XIX, assim como para Furtado, é marcado por um expressivo crescimento da produção cafeeira. Até o final do século, o café possuía um franco mercado consumidor e ganhava cada vez mais espaço dentro do cenário nacional e, principalmente, internacional. Ainda que crises - também de caráter político, dada a inflação dos governos de Campo Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) e a instabilidade gerada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) - tenham sido vividas ao longo das duas primeiras décadas do século XX, convênios, como o de Taubaté (1906), e a política de estocagem, por parte do Estado, do excedente da produção (sistema de armazéns reguladores), contribuíram para que o produto se mantivesse relativamente estável no mercado.

---

<sup>3</sup> Nas palavras de Cano (2007, p. 24), “Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto – creio que se lhe pode chamar de “complexo econômico”.

De modo geral, parte desta estabilidade também é oriunda da questão da mão de obra, que havia se fortalecido e contava, cada vez mais, com um expressivo fluxo de migração - seja nacional ou internacional -, sobretudo após 1850. De acordo com Cano (*Ibidem*, 2007, pp. 48-49),

Considerando o período de 1887-1930, entraram em São Paulo cerca de 2,5 milhões de imigrantes, dos quais, 280 mil brasileiros (nordestinos e mineiros, principalmente) e 85 mil japoneses. [...] Entre 1920 e 1929, cresceriam muito a imigração de japoneses e de trabalhadores nacionais, que totalizam, respectivamente, 56 mil e 226 mil imigrantes. A partir desse momento, a participação dos imigrantes nacionais sobre o total de imigrantes passaria a ser francamente predominante. Essa alteração qualitativa, que se processa na década de 1920, teria importância fundamental: a imigração japonesa, embora em grande parte alocada na cafeicultura, proporcionou, desde cedo, notável diversificação na agricultura produtora de alimentos; a imigração nacional, originada de regiões deprimidas onde a taxa de salário era muito baixa, ao mesmo tempo em que engrossava a oferta de mão de obra, contribuía também para que a taxa de salário, em São Paulo, não se elevasse.

Do ponto de vista econômico, esse tipo de diversificação era relevante na medida em que a flexibilização dos salários aparecia como algo possível, permitindo tanto a defesa da taxa de lucro por parte do empregador quanto a dispensa temporária de trabalhadores em períodos de crise. Nesse sentido, o trabalho livre possibilitou ao complexo cafeeiro vantagens que englobavam quatro principais pontos:

- Diminuição dos custos de produção cafeeira e aumento da sua produtividade por meio dos equipamentos agrícolas;
- Cessão de terras para o plantio, aumentando a renda em espécie dos colonos e a diversificação agrícola do complexo;
- Surgimento de uma ampla camada social com poder aquisitivo capaz de dilatar o mercado para bens de consumo, e
- Alargamento da disponibilidade de mão de obra para a expansão urbana industrial, tanto pela entrada de imigrantes quanto pelo próprio movimento de atração e fuga de imigrantes gerado pelas crises do café.

Para além da mão de obra, destaca-se também a expansão das ferrovias em São Paulo. Diferentemente das outras regiões do país, as ferrovias paulistas contaram com uma alta eficiência e lucratividade, sobretudo por estarem associadas ao transporte da principal mercadoria exportadora do Brasil. Ainda que o investimento tenha sido majoritariamente nacional e privado - de acordo com Cano (*Ibidem*, 2007, p. 52), das vinte ferrovias existentes

em São Paulo até 1910, apenas duas eram do Governo Federal, uma do Governo Estadual e outra de posse estrangeira -, as ferrovias contaram com uma ampla infraestrutura e com uma expansão significativa - cerca de 1600km para o interior de São Paulo.

Dentre as mais importantes ferrovias, destacam-se a Mogiana e a Paulista, ambas responsáveis por uma receita surpreendente na região. Conforme Cano (*Ibidem*, 2007, p. 53), “as receitas ferroviárias, [...] tomada a média do quinquênio 1906-1910, [...] representavam nesse período cerca de 14,5% do valor das exportações paulistas de café. Enquanto a indústria paulista empregava 24.186 pessoas em 1907, as ferrovias, em 1910, empregavam 18.501 pessoas”.

Para além de transferirem as economias externas e diminuírem os custos para os cafeicultores, as ferrovias também passaram a cumprir importantes papéis. Por um lado, tornaram-se uma nova e rentável oportunidade de ampliação do excedente do complexo, abrindo margem para novos capitais devido à sua lucratividade e para uma especialização dentro do mercado de trabalho. Por outro lado, por necessitarem de um aparato infra-estrutural, as ferrovias foram fundamentais para os primórdios da indústria brasileira, tendo em vista a instalação de importantes oficinas de construção, reparo e montagem das peças.

No que tange à questão da terra, nota-se que ela acabou transformando-se em uma renda de capital financeiro. Se por um lado os fazendeiros ocupavam terras que outrora tinham pertencido a caboclos ou a indígenas ou eram até mesmo virgens, por outro, essas terras, quando próximas à exaustão, podiam ser vendidas a um preço acessível, gerando rentabilidade. Se o custo de aquisição era praticamente nulo, ao vender essas terras em que a produtividade já era baixa e os lucros não tão altos, o fazendeiro desmobilizava capital, podendo revertê-lo para a formação de novos cafezais nas zonas pioneiras (ou seja, regiões em que o solo ainda não estava desgastado), garantindo alta produtividade.

De certo modo, isso abre margem, também, para que novas atividades comecem a se desenvolver pela região Sudeste. Durante o sistema de “colonato”, o desenvolvimento e a diversificação da agricultura ainda era muito dependente da disponibilidade de mão de obra, terra e tempo do plantio do café, ou seja, os demais insumos só eram plantados em pedaços de terra onde o cafezal não estava se desenvolvendo e por meio de um plantio intercalado. Com o desenvolvimento do complexo cafeeiro e o seu conseqüente processo de urbanização oriundo do comércio e da indústria<sup>4</sup>, a agricultura independente passa a ganhar um certo espaço,

---

<sup>4</sup> Como exemplo, é possível citar a expansão do comércio, tanto varejista quanto atacadista; o surgimento das casas de exportação, que favoreciam o comércio externo e interno; o crescimento da rede bancária; a implantação



sobretudo diante da alta taxa de importação de alimentos que o Brasil possuía - fosse para alimentar as classes abastadas, fosse para alimentar o grande fluxo de imigrantes que se instalava no país.

Apesar dessa abertura à agricultura de subsistência, é fato que o Brasil, de modo geral, ainda não conseguia se sustentar em termos de abastecimento alimentício interno, o que ainda o fez recorrer, ao menos até 1930, às importações. No entanto, conforme Cano (*Ibidem*, 2007, pp. 68-69),

[...] a expansão diversificada da agricultura paulista [...] ocorre tanto nas crises como nas fases de expansão do café e isso se deve, a meu juízo, pela crescente independência que a agricultura praticada fora da propriedade cafeeira vai adquirindo, à medida que o mercado urbano se expandiu. Ela cumpriu, assim, a clássica função de suprir a expansão urbana, com seus excedentes de alimentos e de matérias-primas, e dada sua relativamente avançada técnica então utilizada, possibilitou, também, que parte da expansão demográfica e da imigratória pudesse alimentar os requisitos de mão de obra reclamados pela expansão urbana que já se processava em São Paulo.

Nesse sentido, conforme a atividade nuclear do café se ampliava e a renda era gerada, outras atividades, mais voltadas ao âmbito urbano, começaram a se consolidar na região, favorecendo o processo de urbanização e de industrialização. Dessa forma, o capital que era anteriormente chamado de “cafeeiro”, passa, aos poucos, a ter outras denominações: “bancário”, “industrial”, “comercial”, etc. Assim, percebe-se que, ao menos até 1930, o processo de acumulação da economia brasileira deu-se por meio da reprodução do capital cafeeiro. A própria transferência de capital cafeeiro investido diretamente por fazendeiros em atividades urbanas marca essa relação muito próxima entre o café e a crescente urbanização dentro do estado, que ia se acentuando conforme o insumo era desvalorizado. Vale, ainda, ressaltar que essa indústria incipiente visava atender tanto à demanda do café (máquinas de beneficiamento de café e sacarias) quanto o consumo interno da população, ou seja, bens de consumo.

Aprofundando, como resultado da acumulação cafeeira e do seu período de grande lucratividade, houve um aumento do preço do café no mercado internacional, sobretudo por conta da quebra da safra das Ilhas do Ceilão, atual Sri Lanka, uma das principais regiões produtoras de café do mundo. Isso quer dizer que havia recursos para serem transferidos para outras atividades, como ferrovias, bancos, comércio e indústrias, o que, por si só, já caracteriza

---

cada vez mais expressiva das estradas de ferro e o aumento dos serviços urbanos, como foco em infraestrutura e na própria indústria.

a ideia de complexo econômico e abria margem para o fortalecimento de novas agendas comerciais. De acordo com Cano (*Ibidem*, 2007, p. 79), dentre essas atividades, destaca-se a indústria manufatureira, principal componente do complexo, cuja divisão se dava em três grupos básicos: o primeiro, voltado para a fabricação de máquinas e implementos para a atividade agrícola e para o beneficiamento do café; o segundo relacionado à produção de sacarias de juta para a embalagem do café; e, por fim, o terceiro, que contempla os demais subsetores manufatureiros, com predominância para os bens de consumo corrente.

De modo geral, o grupo voltado para a fabricação de maquinários teve um efeito positivo sobre a produção cafeeira, visto que não apenas aumentou sua produtividade, poupando a mão de obra, como também elevou a qualidade do produto e, conseqüentemente, o seu preço de venda. Com o excedente lucrativo gerado por esse grupo, abria-se margem para que novas tecnologias fossem introduzidas, ao mesmo tempo em que, nas palavras de Cano (*Ibidem*, 2007, p. 79), “proporcionava novas oportunidades de inversão”. Já o segundo grupo, embora não reduzisse o custo para os cafeicultores, era lucrativo para os industriais, ampliando ainda mais as oportunidades de inversão aos capitais acumulados no complexo cafeeiro. Por fim, o terceiro grupo acabava tendo a importante função de complementar a manutenção da força de trabalho do complexo e de produzir bens de produção. Conforme Cano (*Ibidem*, 2007, p. 80), esse tipo de indústria, “por sua alta lucratividade, oferece uma enorme ampliação das oportunidades de inversão ao complexo, ampliando-lhe, também, consideravelmente o excedente”.

Assim, nota-se que os estímulos da cafeicultura têm seus efeitos na indústria para frente, de bens de consumo, e para trás, na forma de máquinas para beneficiamento do café e sacarias, os quais foram significativos para o início da formação industrial de São Paulo. Essa dinâmica marca a “linkage” da cafeicultura com a indústria, ou seja, a atividade industrial apresenta-se relacionada com a economia cafeeira, visto que ela surge a partir da expansão da cafeicultura e de sua acumulação financeira.

Conclui-se, portanto, que, para os autores, o crescimento da cafeicultura trouxe consigo a ampliação de outras atividades econômicas e a abertura para a indústria, sobretudo na região Sudeste. Se por um lado Furtado apresenta os empecilhos e as crises geradas por essa política de valorização do café - importantes para manter a lucratividade do setor -, sobretudo no início do século XX, Cano, por sua vez, focaliza a discussão na ideia de complexo cafeeiro capitalista, ambos abrindo margem para a discussão sobre a indústria no Brasil. No próximo capítulo, então, trabalharemos o espaço de consolidação dessa indústria frente à desvalorização do café e as relações entre ambas as atividades até a década de 1930, momento em que houve uma

mudança política e econômica significativa no Brasil e no mundo, graças à Quebra da Bolsa de Nova York e à ascensão de Getúlio Vargas ao poder, quebrando a hegemonia oligárquica na presidência.

## CAPÍTULO 3: O CAFÉ E A INDÚSTRIA NO BRASIL

### Apresentação

Neste capítulo final, objetivamos apresentar as relações entre a cafeicultura e a indústria brasileira. Para isso, voltaremos no século XIX para entender o modo como essa indústria foi se constituindo em território nacional e, a partir disso, continuaremos nossa análise no século XX, indo até a Crise da Bolsa de Nova York e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ou seja, até o fim da Primeira República e do predomínio do poder político da oligarquia cafeeira paulista.

Neste capítulo, selecionamos, principalmente, dois autores: Wilson Suzigan e Sérgio Silva. Utilizaremos especialmente o livro *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento* (1986) e o artigo intitulado *Industrialização brasileira em perspectiva histórica* (2000), ambos de Suzigan. Já de Silva, partiremos de seu livro *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil* (1985).

Dentre os principais objetivos deste capítulo, destacamos o modo como o capital oriundo do setor agroexportador foi crucial para o desenvolvimento da indústria brasileira e o modo como essa interdependência setorial abriu margem para que novas atividades surgissem e se desenvolvessem em território nacional.

### 3.1. Considerações sobre a relação entre café e indústria

Se partirmos da divisão proposta por Suzigan (2000, pp. 8-9), entendemos que a evolução industrial do Brasil compreende três grandes fases, a saber: último quarto do século XIX/1901 até 1929; de 1933 a 1980 e de 1981 até 1999 (Tabela 1). De modo geral, a primeira fase, prevista no recorte deste trabalho, aponta para um comportamento econômico em que o PIB era composto majoritariamente pela produção agropecuária; no entanto, a indústria, ainda que incipiente, apresentava um crescimento significativo e caminhava para uma diversificação cada vez maior, sobretudo no que diz respeito à indústria de transformação. Na segunda fase, o PIB da indústria ultrapassa o setor agroexportador, que devido às mudanças políticas e econômicas, diminui a sua relevância. Por fim, na terceira fase, temos novamente um crescimento da agropecuária, que atinge um desempenho vultoso, ao passo que o setor industrial fica estagnado.

Tabela 1. Brasil: taxas médias anuais de crescimento do PIB, da produção industrial e da produção agropecuária segundo grandes períodos, 1901-1998 (%)

Períodos	PIB	Indústria*	Agropecuária
1901-1929	4,5	4,3**	3,7
1933-1980	6,7	8,7	3,8
1981-1999	1,9	0,7	2,8

\* Até 1946, incluía somente a indústria de transformação; a partir de 1947 refere-se à indústria em geral (transformação mais extrativa mineral).

\*\* Refere-se apenas a 1912-1929. O único índice disponível para os anos anteriores foi desconsiderado por sua escassa representatividade.

Fontes dos dados brutos: IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil* e Sistema de Contas Nacionais.

FONTE: SUZIGAN, Wilson. *Industrialização brasileira em perspectiva histórica*. História Econômica & História de Empresas III, vol. 2, 2000. p. 9.

Para este capítulo, focaremos na primeira fase proposta por Suzigan (2000) e, a partir dela, buscaremos apresentar a complexidade dos fatores que determinaram historicamente a industrialização do país, principalmente quando os relacionamos com o setor agroexportador, que já vinha demonstrando sua expressividade com o *boom* da cafeicultura.

De acordo com Suzigan (2000, p. 8), podemos partir de um princípio básico de que há “um conjunto amplo de fatores condicionantes do desenvolvimento industrial, constituindo um sistema complexo, articulado e bastante heterogêneo, que excede em muito os simples reducionismos baseados em preços relativos e dotação de fatores de produção”. Nesse sentido, esses fatores condicionantes seriam os responsáveis por ampliar ou reduzir as possibilidades de expansão industrial e o aprofundamento deste processo. Dentre eles, destacam-se:

- A geografia econômica, ou seja, o tamanho do país, seus recursos naturais e a distribuição da sua produção, e o tamanho e distribuição da população;
- A natureza dos regimes políticos que se alternam no poder; regionalismos; federalismo; movimentos sindicais, etc;
- A organização do Estado, da economia e da sociedade: leis que regem os mercados, relações de trabalho e suprimento de bens e serviços públicos;
- Estrutura produtiva econômica e estrutura de poder econômico, englobando o sistema financeiro e a infraestrutura;
- Pensamento econômico dominante;
- Capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico;
- Relações internacionais: acordos de comércio, fluxo de investimento de capital estrangeiro, integração econômica, mecanismos de transferência de tecnologias, etc;
- Questões sociais, como demografia, emprego e relações de trabalho, distribuição de renda, pobreza, educação, etc;
- Questões coloniais, como patrimonialismo, baixo desempenho empreendedor, Estado voltado aos interesses privados, etc.

Ao analisarmos, portanto, os primórdios do crescimento industrial, é visível que, por um lado, há um ponto de partida bastante positivo, sobretudo no que tange o tamanho do país e sua quantidade de recursos naturais, mas, por outro, há uma herança cultural desfavorável, que acaba limitando, de certo modo, o rápido desenvolvimento da indústria. É preciso, então, relacionar esse crescimento com as transformações econômicas e sociais do país e, em particular, com as regiões de maior expressividade econômica, ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Para Silva (1985), a indústria, desde seu princípio, apresenta uma tendência a concentrar-se na região do café, de modo que todo o processo de industrialização ocorre de maneira desigual pelo Brasil. Se tomarmos como ponto de partida a década de 1860, percebemos que, ainda que o investimento industrial tenha sido limitado até meados do XIX, o aumento nas exportações de algodão em regiões como Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (SUZIGAN, 1986) abriram margem para que políticas econômicas expansionistas permitissem o surgimento de pequenas fábricas, sobretudo na região de São Paulo. Para além disso, o progresso econômico das regiões produtoras de café no Centro-Sul, nas décadas de 1880 e 1890, também foi um fator decisivo para uma primeira diversificação na indústria de transformação brasileira, que contava não apenas com um investimentos no setor têxtil de

algodão, mas compreendia também a produção de tecidos finos, coloridos e estampados e de tecidos de juta, utilizados para suprir a demanda interna de sacarias de café. Outros setores industriais, como a produção de chapéus e calçados, a indústria cervejeira, a moageira, a de fósforos e as indústrias metal-mecânicas também tiveram um certo crescimento, marcado pelo aumento dos investimentos oriundo da expansão das exportações (SUZIGAN, 1986, pp. 81-82). Ainda que escassos, é possível mensurarmos os dados desse primeiro surto industrial: em 1885, foram registradas em São Paulo 13 fábricas têxteis com 1670 operários e 3 fábricas de chapéus com 315 operários; há, ainda, a existência de 7 empresas metalúrgicas que concentram cerca de 500 operários (SILVA, 1985, p.77).

Assim, mesmo com as oscilações de crescimento industrial até o final do século XIX, é palpável o papel significativo da produção, sobretudo de café, para a acumulação de capital no país e para a expansão de outros setores que não o agroexportador. De acordo com Silva (1985, pp. 80-81),

[...] as necessidades historicamente determinadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pela sua inserção na economia mundial capitalista em formação conduzem ao rompimento com as formas de acumulação do trabalho escravo, características da economia colonial.

Essas transformações não podem ser reduzidas à passagem ao trabalho assalariado [...]. O trabalho assalariado é o índice das transformações que incluem as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e, inclusive, uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento da produção.

São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado. E é como parte integrante dessa acumulação de capital que nasce a indústria no Brasil.

Nesse sentido, apesar da agricultura manter-se como dominante no cenário brasileiro, as transformações das relações de produção abriram margem para que a industrialização ocorresse. Ainda que autores como F. R. Versiani (1979) e Cardoso (1981a) apontem para a dificuldade de se estabelecer uma relação simples entre a produção cafeeira e investimento industrial, criticando que exista um comportamento favorável ou desfavorável das exportações para a industrialização (SUZIGAN, 1986, pp. 96-97), tanto Silva (1985) quanto Suzigan (1986), embora concordem com essa complexidade, sugerem o contrário. Conforme Suzigan (*Ibidem*, p. 99), “as tendências do investimento na indústria de transformação estavam diretamente relacionadas com as tendências da receita de exportações, pelo menos até o final da década de 1920, com exceção dos anos correspondentes à Primeira Guerra Mundial”. Silva, por sua vez, aponta para a ideia de que a economia cafeeira não teria fornecido uma

“infraestrutura” para o desenvolvimento industrial, mas sim uma unidade e uma contradição entre café e indústria. Segundo o autor (1985, pp. 103-104),

[...] as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital.

Ou seja,

A própria economia cafeeira, a sua condição como centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não é senão a forma concreta de inserção do Brasil dentro da economia mundial, a forma como se desenvolve o capitalismo em um país que ocupa uma posição subordinada dentro da economia mundial.

A partir da inserção do Brasil na economia mundial, foi possível uma rápida acumulação, tanto mais geral quanto mais particular, para o capital industrial, de modo que “graças às possibilidades de importação, o capital industrial brasileiro pôde ‘saltar etapas’ e, desde o início, adotar técnicas avançadas e garantir-se uma rentabilidade elevada” (SILVA, 1985, p. 115). Com isso, o Brasil pode abrir-se à grande indústria, confirmando a hipótese de que o capital industrial não se opõe às formas de acumulação dominante - no caso, o setor agroexportador -, mas sim as desenvolve para benefício próprio.

Concluimos, portanto, nesta seção, que a acumulação de capital baseada no café e no trabalho assalariado levou a formação de um verdadeiro complexo econômico - nas palavras de Cano (2007) - do qual a indústria fazia parte. Nesse sentido, o surgimento da indústria (assim como os Bancos, Comércio, Ferrovias) esteve diretamente relacionado à expansão da economia cafeeira, visto que era a atividade que mais empregava e mais gerava renda, o que também contribuiu para a ampliação do mercado consumidor interno, muito mais intenso em São Paulo, visto que havia um crescimento expressivo da mão de obra assalariada. Apesar disso, no período estudado, pelo menos até 1929/1930, a indústria ainda tinha uma dupla dependência, não conseguindo desenvolver-se de maneira autônoma.



### 3.2. A indústria brasileira

Para Silva (1985, p. 82), há uma diferença no seio da própria indústria entre as unidades de produção: artesanato, manufatura e fábrica. A manufatura e a fábrica são distintas do artesanato pelo número de empregados, ou seja, há um número tão significativo de trabalhadores que o proprietário não precisa mais se ocupar da produção. Por sua vez, a fábrica é distinta da manufatura na medida em que ocorre a separação entre o trabalhador e os meios de produção, ou seja, a fábrica é marcada pela mecanização, sendo a unidade de produção capitalista por excelência.

Tendo em vista essa distinção, se, por um lado, os primeiros anos de industrialização, de 1860 até mais ou menos o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foram marcados por indústrias de transformação, cujo desempenho estava mais associado à economia de exportação, a partir da década de 1920 temos um uma diversificação do investimento industrial e uma transição para um sistema econômico dominado pelo capital industrial. Com isso, o investimento industrial deixa de se concentrar primordialmente em setores complementares da economia de exportação, passando a se orientar cada vez mais para a produção de bens intermediários e bens de capital, incluindo maquinários e equipamentos - algo que, na terminologia de Silva (1985), corresponde à grande indústria.

Seguindo a divisão proposta por Suzigan (1986), podemos resumir as principais indústrias brasileiras na seguinte tabela:

<b>Período anterior à Primeira Guerra Mundial (1860-1920)</b>	<b>Período posterior à Primeira Guerra Mundial (pós-1920)</b>
Indústria Têxtil: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Tecidos de algodão (crescimento expressivo a partir de 1860);</li> <li>● Tecidos de juta (crescimento de 1880 até início de 1900);</li> <li>● Tecidos de lã (recebeu poucos investimentos até 1920);</li> <li>● Tecidos de seda (não houve um crescimento significativo até 1920)</li> <li>● Tecidos de raíom (inicia-se na década de 1920).</li> </ul>	Indústrias metal-mecânicas II: máquinas agrícolas pesadas, máquinas industriais, aparelhos elétricos, equipamentos de construção e de transporte, etc  OBS: a indústria têxtil continua, com destaque para seda e raíom.
Indústria de chapéu	Indústria de cimento
Indústria de calçados e de vestuário	Indústria de ferro e aço

Moinhos de trigo	Papel e celulose
Fabricação e refino de açúcar	Produtos de borracha
Cervejarias	Química e farmacêutica
Fábricas de fósforos	Óleos de caroço de algodão
Indústrias metal-mecânicas I: moendas e peças para engenhos de açúcar, moinhos para cereais, máquinas para beneficiar café e arroz, máquinas para agricultura, ferramentas, etc.	Carnes: congeladas e industrializadas

FONTE: Todos os dados foram retirados de Suzigan (1986, pp. 109-115)

No que tange a distribuição regional, no início do século XX, é o Centro-Sul que apresenta o maior destaque e diversificação na economia, tendo em vista a expressividade da produção cafeeira, de modo que esta região concentra 61% do valor da produção industrial em 1907 e 65% em 1920. Desses valores, apenas São Paulo e Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, realizam cerca de 49% do valor da produção em 1907 e 52% em 1920, o que reforça que a atividade industrial teve uma forte influência da expansão cafeeira. De acordo com Silva (1985, p. 87),

Levando em conta as correções já sugeridas dos dados de 1907, devemos concluir que a importância relativa das empresas industriais com 100 ou mais operários acentua-se entre 1907 e 1920. Fato que se destaca quando verificamos que mais de 20 mil operários, no antigo Distrito Federal, e mais de 30 mil, no Estado de São Paulo, trabalham em estabelecimentos industriais que empregam 500 ou mais operários.

Esses dados apontam para a existência não apenas de manufaturas de tipo médio ou superior, mas também a existência de fábricas que contavam com um capital igual ou maior do que 1000 contos de réis, algo que corresponderia a aproximadamente 64 mil libras (SILVA, 1985, p. 83). Nas palavras de Silva (*Ibidem*, p. 83), esses estabelecimentos podiam ser claramente considerados como representantes da grande indústria e, dentre elas, 85% concentravam-se em São Paulo e 70% no antigo Distrito Federal. No que diz respeito aos operários, essas indústrias reuniam 80% do número total de operários em São Paulo e 57% no Rio de Janeiro. De modo geral, são essas grandes empresas as que melhor caracterizam a estrutura industrial brasileira até a década de 1930.

Parte desse resultado é oriundo do crescimento do mercado interno, que, após o progresso econômico gerado pelo período anterior à Primeira Guerra, também elevou a tendência de crescimento da indústria nacional, ao mesmo tempo que a produção e o

investimento aumentaram, acendendo uma maior demanda por bens intermediários e de máquinas e equipamentos. Com a Primeira Guerra e o choque econômico gerado por ela, a dependência da indústria de transformação nacional em relação ao suprimento externo de matérias-primas industriais mostrou-se visível, de modo que fazia-se mais urgente o desenvolvimento da produção interna de matérias-primas e máquinas. Conforme Suzigan (1986, p. 248), apesar desse choque não ter despertado o desenvolvimento industrial ou a diversificação do investimento industrial, ele estimulou a produção interna desses bens “mais cedo do que teria acontecido em circunstâncias normais”.

Para além disso, o encorajamento por parte dos governos federal e estaduais, a partir da concessão de incentivos e subsídios, também mostrou-se relevante para o cenário de transição para a grande indústria, assim como a maior proteção à indústria nacional, resultante do aumento do imposto de importação, da desvalorização da taxa de câmbio e de restrição às importações. Por outro lado, a maior integração com o capital industrial internacional permitiu um investimento mais expressivo em indústrias nacionais, tanto nas de transformação - como a indústria de carnes - quanto nas de cimento, ferro e aço, artigos de borracha, produtos químicos e farmacêuticos, etc.

Em suma, ainda que a relação entre a indústria e o café tenha aparecido de forma mais evidente no final do século XIX e no início do XX, mesmo após a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1913, a indústria continuou em franco crescimento no Brasil e, acima de tudo, ainda dependente da acumulação do setor agroexportador. Essa dependência, por sua vez, pode ser dividida em dois principais pontos: (i) dependência da reposição e da ampliação da capacidade produtiva e (ii) dependência do mercado consumidor. No primeiro caso (i), como o Brasil não tinha uma indústria de bens de capital para atender a demanda industrial, era necessária a importação. Ou seja, a indústria precisava do café para geração de divisas para importar o que não produzia internamente, por exemplo máquinas, para atender a demanda industrial. Já no segundo caso (ii), uma vez que o café era o setor da economia que mais empregava e gerava renda, a indústria passava a depender dos salários pagos pela atividade cafeeira. Assim, é a partir de 1933 que a indústria se transforma no principal setor da economia, gerando mais emprego e renda, superando o setor agroexportador.

## CONCLUSÃO

Historicamente, a produção cafeeira no Brasil enfrentou desafios ora da ordem internacional, ora da ordem nacional. Se por um lado existiam pressões externas capazes de definir, em alguma medida, o rumo da mão de obra empregada nas atividades do século XIX, sobretudo em países periféricos, e os preços das mercadorias por conta da demanda; por outro, o Brasil também enfrentava uma série de questões que perpassavam não apenas o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura, mas, além disso, desafios em termos de infraestrutura para manuseio, armazenamento e transporte do grão que conquistou o mercado consumidor internacional.

Apesar das dificuldades, é inegável, tanto pela análise de Sérgio Furtado quanto pela de Wilson Cano, o papel desempenhado pela economia cafeeira no que tange a produção nacional. Por se tratar de um país consolidado em bases agrário-exportadoras e que vivia uma franca crise econômica no início do século XIX, com a baixa de suas mercadorias tradicionais, como ouro, cana de açúcar e algodão, o Brasil, por meio da cafeicultura, consegue se inserir novamente dentro da lógica comercial internacional e acumular capital suficiente para permitir, dentre outras atividades, o início do processo de industrialização nacional.

Com o capital oriundo da renda do café, os cafeicultores, principalmente, foram capazes de aplicar esse excedente em melhorias para a própria produção, que envolvia desde seu transporte até o ensacamento do grão. Foi a partir dessa lógica de acumulação, somada a uma mudança radical na organização da mão de obra, que passa a ser assalariada, e nos novos preceitos da República, os quais atendiam com muito mais afinco as demandas da região produtora de café, que o Brasil consegue desenvolver outras atividades, muito mais voltadas para os centros urbanos e adaptadas para as demandas da cafeicultura.

O próprio uso de uma mão de obra assalariada permite não apenas um giro de capital que passa a ser investido em produtos oriundos da indústria, como vestimentas, alimentos congelados, etc, mas também o surgimento de uma nova classe social mais urbana, voltada para atividades centradas nas cidades e que contribuía para a economia cafeeira. É inegável, também, o benefício trazido por esse tipo de mão de obra no que tange a empregabilidade das grandes indústrias, visto que essas, para serem consideradas relevantes no cenário nacional, precisavam empregar, no mínimo, 100 ou mais operários, algo que também contribuía para uma nova dinâmica social, não mais centrada no setor agroexportador, mas agora voltada para aspectos industriais e urbanísticos - algo que é reforçado após 1933.

Conclui-se, portanto, que o café, mais do que um produto nacional de grande alcance, foi também responsável, em grande parte, pelo início do processo de industrialização do Brasil. Com sua produção voltada principalmente para a região Centro-Sul, não é coincidência o fato das grandes e principais indústrias brasileiras do início do século XX também concentrarem-se nesta localidade. A partir do aumento das exportações e das políticas estatais de contenção das crises dentro do cenário agroexportador, foi possível um acúmulo de capital suficiente para promover uma adequação às novas necessidades que se colocavam no país. A busca por uma substituição de importações e a urgência por uma rede de infraestrutura que fosse capaz de escoar o produto para a venda internacional, contribuíram para que a indústria começasse, pouco a pouco, a ganhar espaço no Brasil. Além disso, a mudança na mão de obra e a possibilidade de novas atividades, cada vez mais urbanas, somadas às questões internacionais, como a Primeira Guerra Mundial, também foram relevantes para a consolidação, a partir de 1933, da indústria como principal setor econômico brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5ª edição. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2007. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/colecao-geral/raizes-da-concentracao-industrial-em-sao-paulo>>. Acesso em: 02/03/2023.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. Instituto de Economia da Unicamp, Coleção 30 Anos, v. 4. Disponível em: < <https://www.eco.unicamp.br/colecao-30-anos/o-capitalismo-tardio>>. Acesso em: 02/03/2023..

DELFIN NETTO, Antônio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1981. Ensaio Econômico, 16.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Características Gerais da Economia Brasileira*. Revista Brasileira de Economia (FGV), v. 4, nº 1, 1950, pp. 7-37. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2410>>. Acesso em 02/03/2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.

SUZIGAN, Wilson. *Industrialização brasileira em perspectiva histórica*. História Econômica & História de Empresas III, vol. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Editora Brasiliense, 1986.